

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Moraes alivia pressão sobre Bolsonaro, mas a corda continua esticada

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes decidiu não converter em prisão preventiva as medidas cautelares impostas a Jair Bolsonaro. Apesar de reconhecer que houve descumprimento das restrições, o magistrado classificou o gesto e as declarações do ex-presidente uma “irregularidade isolada”, advertindo, porém, que qualquer nova infração resultará em prisão imediata. A decisão alivia a tensão entre Bolsonaro e o Judiciário, mas o ambiente político permanece carregado, especialmente diante do impasse diplomático entre o Brasil e os Estados Unidos por causa do tarifaço de 50% sobre os produtos brasileiros, que está a sete dias de entrar em vigor.

Ao ter trechos de seu discurso na Câmara dos Deputados divulgados on-line, Bolsonaro burlou, ainda que indiretamente, a decisão de Moraes de proibir o uso das redes sociais. O ministro ressaltou que “a Justiça é cega, mas não é tola” e proibiu explicitamente o uso de entrevistas ou discursos como “material pré-fabricado” para postagens de aliados. Todas as cautelares estão mantidas: tornozeleira eletrônica, recolhimento domiciliar noturno e nos fins de semana, restrição de contato com outros investigados, proibição de se aproximar de embaixadas e de manter comunicação com diplomatas estrangeiros.

Bolsonaro, no entanto, continua na fronteira da transgressão das decisões judiciais. Na quinta-feira, participou de um culto evangélico na região administrativa de Taguatinga, ao lado da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que denunciou publicamente uma suposta “censura prévia” contra o marido. Ele chorou durante a celebração, reforçando sua estratégia de vitimização perante sua base eleitoral.

Enquanto o embate jurídico no Brasil parece momentaneamente contido, a tensão entre o governo brasileiro e a Casa Branca continua. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem uma semana para aceitar as exigências da Casa Branca, que investiu contra o julgamento de Bolsonaro, o comércio da 25 de Março em São Paulo e o Pix, além de taxar as exportações brasileiras em 50% e ameaçar dobrar essa aposta. Ontem, no Vale do Jequitinhonha, manteve a corda esticada. Relembrou os 580 dias que passou preso em Curitiba, criticou a “perseguição judicial” da Operação Lava-Jato e comparou sua própria resistência às atuais pressões de Trump. “Um cara que passou fome até os 5 anos e sobreviveu não vai correr”, afirmou.

Lula disse que rejeitou acordos que, segundo ele, feririam sua dignidade e destacou a mobilização popular que o apoiou durante a prisão. O discurso teve tom de palanque eleitoral, emocionou o público e reforçou sua imagem de líder combativo em defesa da soberania nacional. Essa postura tem servido para melhorar a aprovação do petista e do governo, segundo as pesquisas de opinião. Lula afirmou que está pronto para negociar.

Terras raras

“Eu fiquei pensando: o que fazer? Ele não quer conversar, se ele quisesse conversar, ele pegava o telefone e me ligava”, disse. Ironizou a situação: “Se Trump estiver ‘trucando’, ele ‘vai tomar um seis’”. No “truco”, um jogo de cartas, blefa-se muito. “Pedir o 6” significa aumentar a aposta de três para seis pontos após um pedido de truco. Quando um jogador ou dupla pede “truco”, o adversário pode aceitar, aumentando a aposta para quatro pontos, ou “fugir”, perdendo a rodada e cedendo dois pontos ao adversário.

Se o adversário não aceitar o truco e optar por “pedir o 6”, a aposta dobra novamente, passando para seis pontos. A partir daí, quem pediu o 6 pode aceitar, dobrar para nove pontos (“pedir 9”) ou fugir, perdendo a rodada e cedendo seis pontos ao adversário. Lula é um negociador experiente, tanto quanto Trump, um foi sindicalista e o outro é empresário. A comparação com o truco é enigmática sobre como Lula pretende conduzir a posição do governo a partir 1º de agosto.

A retaliação norte-americana tem motivações econômicas, além das políticas. Ontem, uma nova carta foi posta na mesa. O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, revelou que autoridades norte-americanas reforçaram o interesse nos minerais críticos e estratégicos brasileiros (MCEs), como nióbio, lítio, cobalto e terras raras. Segundo Jungmann, o encarregado de negócios da embaixada dos EUA no Brasil, Gabriel Escobar, reiterou a preocupação de Washington com o acesso seguro a essas matérias-primas.

O Brasil ocupa posição privilegiada nesse tabuleiro geopolítico. Possui a segunda maior reserva conhecida de terras raras do mundo, atrás apenas da China, que hoje domina a cadeia global de refino. Esses minerais são cruciais para carros elétricos, turbinas eólicas, semicondutores e equipamentos militares, o que explica a disputa cada vez mais intensa entre as grandes potências. Em meio às tensões com o Brasil, os EUA buscaram um acordo emergencial com a China para garantir o fornecimento de terras raras.

Em Genebra, Pequim comprometeu-se a retirar restrições às exportações para os norte-americanos, em troca da flexibilização de sanções impostas por Trump. O entendimento, porém, ainda enfrenta desconfiânças, já que a China passou a controlar rigorosamente a destinação dos materiais, temendo que abasteçam a indústria militar norte-americana. Essa disputa coloca o Brasil em uma encruzilhada estratégica. Com reservas abundantes e infraestrutura mineradora, o país ainda exporta matéria-prima bruta, sem agregar valor tecnológico.

TRAMA GOLPISTA

Isac Nóbrega/PR



Segundo a PGR, general seria o responsável por monitorar autoridades. No STF, Marop Fernandes minimizou o plano golpista

Militar diz ser o autor do “Punhal Verde e Amarelo”

General Mario Fernandes é acusado pela PGR de monitorar autoridades brasileiras. Plano previa o assassinato do presidente Lula e de seu vice

» MAIARA MARINHO
» LUANA PATRIOLINO

O general da reserva Mario Fernandes admitiu, ontem, que foi o autor do “Plano Punhal Verde e Amarelo” que, segundo a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), visava o assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes — com o objetivo de manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder. A confissão ocorreu durante interrogatório na Corte das testemunhas do núcleo 2 da trama golpista.

A audiência foi conduzida por um juiz instrutor designado por Moraes. Mario Fernandes confirmou a autoria do material encontrado em seus dispositivos eletrônicos, mas minimizou o conteúdo e disse que se tratava apenas de uma análise individual. “Esse arquivo digital, que retrata um pensamento meu que foi digitalizado, é um estudo de situação. Uma análise de riscos que fiz e, por costume próprio, resolvi digitalizar. Esse pensamento digitalizado não foi compartilhado com ninguém”, disse.

No depoimento, o militar tentou afastar a ideia de que o plano seria colocado em prática. Ele afirmou que o material foi impresso apenas para leitura pessoal e que logo em seguida o rasgou. “Imprimi por um costume pessoal de evitar ler documentos na tela. Imprimi para mim. Logo depois, rasguei”, alegou.

Esse arquivo digital, que retrata um pensamento meu que foi digitalizado, é um estudo de situação. Uma análise de riscos que fiz e, por costume próprio, resolvi digitalizar. Esse pensamento digitalizado não foi compartilhado com ninguém”

Mario Fernandes, general

A denúncia da PGR indicou que o general Mario Fernandes ficou responsável “por coordenar as ações de monitoramento e neutralização de autoridades públicas, em conjunto com Marcelo Costa Câmara, ex-assessor de Bolsonaro, além de realizar a interlocução com as lideranças populares ligadas ao dia 8.1.2023”.

Câmara repassava a agenda e deslocamentos de Alexandre de Moraes ao ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, segundo as investigações. O ex-assessor da Presidência Filipe Martins



também se tornou réu. Ele teria sido responsável por editar a chamada “minuta golpista” e apresentar os seus “fundamentos jurídicos” ao alto escalão das Forças Armadas em reunião em 7 de dezembro de 2022.

Monitoramento

No STF, o coronel Marcelo Costa Câmara alegou que não monitorava as autoridades, mas, sim, fazia um trabalho de “aproximação e ajuste de agenda” com diversas autoridades, incluindo o ministro Alexandre de Moraes. Ele insistiu que as informações que repassava eram solicitadas pelo tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

Segundo Câmara, o objetivo era evitar constrangimentos entre o ex-presidente e desafetos e, com isso, evitar problemas. O uso de codinomes, tais como ‘professora’ — em referência a Moraes —, era apenas um “jargão militar”, disse. Ele disse que as informações sobre a localização das autoridades eram obtidas por meio de notícias, redes sociais e até mesmo por terceiros.

O ex-assessor Filipe Martins negou ter feito uma das versões da minuta do golpe e disse que tomou conhecimento do documento pela imprensa. Ele também reiterou que não esteve na reunião com aliados do ex-presidente em 7 de dezembro de 2022, que visava tratar sobre detalhes da trama golpista.

Na audiência, criticou a delação de Mauro Cid e se declarou um “preso político”. Filipe Martins teve prisão

preventiva decretada por Moraes, após o seu advogado, Eduardo Kuntz, trocar mensagens com o delator, que usava um perfil falso para repassar o que havia dito para a Polícia Federal.

O núcleo 2 é acusado de gerenciar as ações da tentativa de golpe, por intermédio da Polícia Rodoviária Federal (PRF) — que fechou estradas no Nordeste e impediu que eleitores chegassem às urnas para votar — e por meio da fiscalização dos locais que mais tinham votos para o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além do monitoramento de autoridades.

O presidente do Instituto Voto Legal, Carlos Cesar Moretzsohn Rocha, negou ter vazado informações sobre “fraude nas urnas” durante o processo eleitoral. Ao Supremo Tribunal Federal, ele alegou que era responsável apenas por uma “auditoria técnica” contratada pelo PL e não tratou de “fraudes” para tentar deslegitimar as eleições de 2022 em favor de Jair Bolsonaro.

“Tratamos de problemas técnicos e não falamos de fraude em hipótese alguma. Pela seguinte razão: não cabe ao auditor identificar causas das desconformidades encontradas”, declarou Carlos Moretzsohn à juíza auxiliar Luciana Sorrentino, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que atua no gabinete do ministro Alexandre de Moraes, relator da ação do golpe.

“No nosso relatório não existe desinformação, apenas fatos constatados e documentados sobre o que estava presente na urna”, ele enfatizou. (Com Agência Estado)

REDES

Renan Filho x Michelle Bolsonaro

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Marcio Ferreira/MT



Ministro criticou gestão bolsonarista e acusou fake news

bolsonarista, ao apontar que ele não entregou obras na área de infraestrutura em transportes nos quatro anos que esteve no poder. “Em 2022, último ano do governo deles (Bolsonaro), o governo fez

ele foi ministro aqui”, destacou.

Renan Filho também anunciou a intenção de estabelecer novo projeto para a construção de mais uma ponte no Vale do Juruá, região que abrange os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves.

O **Correio** entrou em contato com o Ministério dos Transportes para detalhar sobre a qual projeto Renan Filho se referiu, mas a pasta redirecionou o contato para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) — que, até o fechamento desta edição, não respondeu às perguntas.

Por meio de nota, a equipe de Michelle criticou o ministro. “Em nenhum momento foi dito que não existia uma outra ponte. Ocorre que ela não atende as necessidades do povo pois fica muito distante daquela local das imagens. Se o ministro deixasse o conforto e as regalias, e já tivesse ido até lá, saberia disso”, disse.

R\$ 89 milhões em investimentos no Acre. Lula fez R\$ 274 milhões em 2023 e R\$ 543 milhões em 2024. Michelle, quando for fazer comentários sobre infraestrutura, ligue para Tarcísio (de Freitas),